



---

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Parecer Conjunto nº 04/2021 sobre o Projeto de Lei nº 09/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

**I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

1. O projeto em epígrafe, em trâmite nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência (art. 49 da Lei Orgânica), dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R\$ 3.741.330,50 (três milhões setecentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta reais e cinquenta centavos).
2. Na Mensagem o autor justifica que *“o projeto visa reforçar itens de dotação orçamentária com o objetivo de melhorar a funcionalidade administrativa e criar fonte de recurso destinado a atender projetos decorrentes de convênios assinados junto ao Governo Estadual e Federal”*.
3. Consta que o crédito será coberto por recursos decorrentes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 1.588.482,40 (um milhão quinhentos e oitenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), e pelo excesso de arrecadação decorrente de convênios assinados junto ao Governo Estadual e Federal, no valor de R\$ 1.084.111,33 e de R\$ 1.068.736,77, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 2.152.848,10 (dois milhões cento e cinquenta e dois mil oitocentos e quarenta e oito reais e dez centavos).
4. O projeto prevê que haverá convalidação das peças do orçamento, nos termos do seu art. 3º.
5. É o relatório.



---

## **II - VOTO DO RELATOR**

6. O presente parecer conjunto tem fundamento no art. 68 do Regimento Interno, o qual dispõe que, mediante comum acordo de seus Presidentes, em caso de urgência justificada, poderão as Comissões Permanentes realizar reuniões conjuntas para exame de proposições ou qualquer matéria a elas submetidas, facultando-se a apresentação de parecer conjunto.
7. Cumpre observar que o regime de urgência, aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal, constitui fundamento suficiente para a manifestação conjunta das Comissões Permanentes.
8. A análise da matéria abrange os aspectos de constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e reflexos orçamentários, conforme preconizado no art. 46, inciso I, alínea “a” e II, alíneas “a” e “d” do Regimento Interno.
9. A matéria é de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República Federativa do Brasil.
10. A iniciativa legislativa é Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 45, IV, da Lei Orgânica Municipal.
11. No que se refere à técnica legislativa, o projeto obedece aos termos da Lei Complementar n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.
12. **Quanto à juridicidade**, não há óbice para a aprovação da matéria, tendo em vista a sua compatibilidade com as previsões dos arts. 40 a 43 da Lei do Orçamento Público (Lei 4.320/1964), motivo pelo qual manifestamo-nos favoravelmente à alteração orçamentária.
13. **No mérito**, entendemos que o projeto é de suma importância, pois contempla a abertura de crédito adicional suplementar em dotações orçamentárias destinadas à manutenção do atendimento emergencial decorrente do coronavírus (COVID-19), à manutenção do PSF, à aquisição de caminhão para a coleta seletiva, às obras de infraestrutura urbana e rural, dentre outras especificações constantes na proposta.





**CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP**  
**CNPJ: 44.303.683/0001-21**

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.  
Telefone (13) 3856-1283 – Portal: [www.pariqueraacu.sp.leg.br](http://www.pariqueraacu.sp.leg.br)  
Correio eletrônico: [camara@camarapariquera.sp.gov.br](mailto:camara@camarapariquera.sp.gov.br)

14. Por fim, registramos que, para que a presente proposutura seja aprovada será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara (cinco votos), em um único turno de votação, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Orgânica.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade, legalidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da matéria, razão pela qual encaminhamos a proposta para deliberação em Plenário.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2021.

  
**PROFESSOR URIAS**

Relator da CCJR e Presidente da CFO

  
**MARCELO MARIANO**  
Relator da CFO

### PELAS CONCLUSÕES:

  
**CARLINHOS ASSPA**  
Membro da CCJR

  
**VILMA FERREIRA DA SILVA**  
Membro da CFO

  
**MILTON TICACA**  
Presidente da CCJR